

TRABALHO, “TRABALHO PRODUTIVO” E PROCESSO DE VALORIZAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE À LUZ DO PENSAMENTO DE MARX

Eixo: Movimento Operário e Organização de Classe: lições da história e perspectivas de emancipação

Havana Maria Ribeiro Alves¹

RESUMO

O presente estudo discute, de forma organicamente articulada, as categorias trabalho e "trabalho produtivo", bem como o processo de formação e valorização do valor. Trazemos o debate do trabalho enquanto "condição eterna da vida humana" e da sua particularização no modo de produção capitalista - o trabalho abstrato. Na esteira desse processo, discutimos o "trabalho produtivo" enquanto trabalho que autovaloriza o capital. Outrossim, debatemos de forma breve o processo de produção de mercadorias, haja vista que há uma imbricação ontológica entre o processo de valorização e a forma capitalista de produção de mercadorias. A análise do trabalho no modo de produção capitalista (o trabalho abstrato) exige o cuidadoso manejo da dialética, haja vista que nesse lapso histórico, o processo trabalho assume novas particularidades.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, Valor, Trabalho Produtivo.

ABSTRACT

This study discusses the organically articulated the heads work and "productive work" as well as the process of formation and enhancement of value. In the wake of this process, we bring the discussion of the work as "eternal condition of human life" and its particularization in the capitalist mode of production - the abstract work. With this, we are able to discuss the "productive work" as work that autovaloriza capital. Furthermore, we discussed briefly the process of production of goods, given that there is an ontological overlap between the valuation process and the capitalist form of production of goods. The analysis of labor in the capitalist mode of production (abstract labor) requires careful management of the dialectic, considering that this historical period, the process takes on new job characteristics.

KEYWORDS: Work, Value, Productive work.

¹ Aluna do Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Integra os grupos de pesquisa “Economia, Política e Direito em Marx” e “Reprodução Social”.

INTRODUÇÃO

Nossa exposição é composta por três partes inter-relacionadas e realizada mediante pesquisa bibliográfica de teor fundamentalmente teórico, consistindo na exposição dos pressupostos analíticos que subsidiarão a compreensão do nosso objeto.

A primeira parte desse estudo discute o processo de trabalho *independente de qualquer forma social determinada*, a produção de valores de uso e os elementos constitutivos do processo de trabalho. Em seguida, pensamos o processo de trabalho já no âmbito do capitalismo, contemplando, dessa forma, a discussão do processo de formação de valor.

Feita essa análise, é chegado o momento de discutir uma ramificação do trabalho abstrato: o “trabalho produtivo”² - trabalho que produz e autovaloriza o capital.

À medida que a discussão avança, alguns pontos serão analisados amplamente em razão das determinações históricas que o constituem. Em contrapartida não podemos nos deter o quanto gostaríamos em alguns aspectos – dada as limitações objetivas que perpassam a construção desse trabalho. Dessa forma, procuramos deter nossa análise nos elementos (que acreditamos serem) fundamentais à compreensão do tema.

Respaldamos teoricamente nossa exposição nas obras de Karl Marx, Sérgio Lessa e Francisco Teixeira, com a finalidade de trazer um horizonte marxiano para o debate. Dessa forma, partimos do pressuposto que entre os capítulos V e XIV do Livro I de *O Capital* há uma relação de complementaridade.

TRABALHO E TRABALHO ABSTRATO

Faremos a priori uma discussão do trabalho enquanto *intercâmbio orgânico do homem com a natureza*, noutras palavras, *o trabalho enquanto condição essencial da vida humana*, ou ainda, se quisermos, enquanto produtor de valores de uso.

2 Usaremos “trabalho produtivo” entre aspas pois “do ponto de vista puramente lógico a expressão ‘trabalho produtivo’ é um contra senso. Sendo intercâmbio orgânico com a natureza , todo trabalho é necessariamente produtivo; falar em trabalho que não produz é um enorme absurdo. Não é nesse sentido, contudo, que a expressão é empregada.” LESSA, Sergio. **Trabalho, trabalho abstrato, trabalhadores e operários**. In: LESSA, Sergio. Serviço Social e Trabalho: porque o Serviço Social não é Trabalho. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. (p 91).

Com intuito de nortear introdutoriamente a discussão, nos parece relevante utilizar as palavras que Marx (1985) define o “trabalho enquanto um processo entre o homem e a natureza”, como uma atividade historicamente determinada.

(...) O trabalho é um processo entre homem e natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. (...) Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. (MARX, 1985, p 149)

Dessa forma, ao atuar por meio da natureza o homem se modifica e num processo concomitante modifica a natureza. Ao final do processo trabalho, ele obtém um resultado material daquilo que previamente idealizou. Nessas condições, Marx atribui o trabalho como pertencente exclusivamente aos homens, ao *mundo dos homens*. Haja vista que

o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. (MARX, 1985, p 149-150)

Os elementos simples constitutivos do processo de trabalho, dirá Marx (1985), são os objetos e meios de trabalho, bem como a vontade orientada a um fim³.

Dos objetos de trabalho, a terra – incluindo a água – é o principal deles, já que são indispensáveis para os elementos do processo de trabalho. Ademais “objetos de trabalho são todas as coisas que o trabalho só desprende sua conexão direta com o conjunto da terra” assim sendo, toda matéria-prima também é objeto de trabalho, haja vista que é fruto de trabalho anterior, ou, nas palavras de Marx (1985), “experimentou uma modificação mediada pelo trabalho.”

Por meio de trabalho, Marx (1985) entende “uma coisa, ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si e o objeto de trabalho, conduzindo sua atividade sobre o objeto” (p 150). Assim, quando o homem, enquanto ser social, idealiza algo em mente, ele necessita utilizar

3 “Considerando o processo inteiro do ponto de vista do seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo.” Mas, atenção! Isso ainda não é tudo. Que o leitor não se apresse, essa discussão é feita de forma, acreditamos, esclarecedora, no último item desse estudo.

propriedades - sejam elas químicas, físicas ou mecânicas - para atuar como meio de poder sobre outras coisas a fim de objetivar tal idealização, isto é, materializar o que até então era idéia.⁴

Dessa forma, durante o processo de trabalho, é através do meio de trabalho que o homem transforma o objeto de trabalho de acordo com sua previa-ideação, ou da sua *vontade orientada a um fim*. O resultado desse processo é o produto. Assim, trabalho e objeto se fundem. Nas palavras de Marx (1985), “o trabalho está objetivado e o objeto trabalhado”. (p 151) O produto obtido pelo homem através do processo de trabalho é um valor de uso, “uma matéria natural adaptada as necessidades humanas mediante transformação da forma”. (p 151)

Com efeito, para que o trabalho seja representado em mercadoria ele deve ter um valor de uso. Sobre isso Marx tem algo a nos dizer:

Quando um valor de uso sai do processo de trabalho como produto, outros valores de uso, produtos de processos anteriores de trabalho, entram nele como meios de produção. O mesmo valor de uso constitui o produto desse trabalho e o meio de produção daquele. (MARX, 1985, p 151)

Dessa forma ele nos esclarece que os produtos, à medida que são resultados, são também condição do processo de trabalho. Contudo, acreditamos que essa análise deve ser feita de forma mais compassada.

Um produto, fruto de trabalho objetivado, pode tornar-se, novamente, matéria prima para fabricação de outro produto incorporando a ele (produto) seu valor de uso. Além disso,

O fato do valor de uso aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto, depende totalmente de sua função determinada no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, e com as mudanças dessa posição, variam essas determinações (MARX, 1985, p 152)

Dessa forma, quando adentra em um novo processo de trabalho enquanto meio de produção, os produtos perdem seu caráter de produto. A partir de então funcionarão como *fatores objetivos do trabalho vivo*.

Ora, se além de resultado, o produto é também condição de existência para o processo de trabalho, por outro lado, diz Marx (1985) “é a introdução do produto no processo de trabalho, isto é, seu contato com o trabalho vivo, o único meio de conservar e realizar esses produtos de trabalho passado como valor de uso”. (p 152)

⁴ Cabe aqui salientar que, para Marx “o objeto de trabalho o qual o trabalhador se apodera diariamente não é objeto de trabalho, mas sim, meio de trabalho.” (MARX, 1985, p 150)

Nunca é demais esclarecer nosso percurso. Estamos até aqui trazendo o debate acerca do processo de trabalho a partir dos seus elementos simples, isto é, o processo de trabalho como *uma atividade orientada a um fim para produzir valores de uso* e como *intercâmbio do homem com a natureza* visando à satisfação das necessidades humanas. Portanto, nesse item o trabalho é analisado como *condição natural eterna da vida humana*, comum, portanto, a todas as formas de sociedade.

Retomando a discussão: Marx explicita que “a produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle” (p 149). Por isso, no primeiro item do “capítulo V”, ele discute a priori o processo de trabalho independente de qualquer forma social determinada. Contudo, é inegável que o trabalho no âmbito da sociedade capitalista possui características que lhe são bem peculiares, a pretensão das próximas linhas é contemplá-las numa perspectiva marxiana.

O conceito universal de trabalho, “independente de sua forma histórica” é claramente tido como insuficiente para Marx. Nesse sentido Lessa (2007) acrescenta que “apoiar a crítica do sistema do capital tão somente nas determinações universais do trabalho não possibilitaria levar em conta muitas das peculiaridades essenciais do capitalismo.” (p149). Nosso intuito aqui é contemplar parcialmente *as peculiaridades essenciais do capitalismo* no que se concerne ao processo de trabalho.

Com a subsunção do trabalho ao capital instaurada pela sociedade burguesa, temos a transformação do modo de produção.

Ora, se no modo de produção feudal, os servos, enquanto classe dominada, ficavam com parte do que produziam, no capitalismo essa relação assume outras proporções. Os donos dos meios de produção impelem o operário a produzir a riqueza dele [capitalista] e toda a riqueza social.

Por isso a necessidade de discutirmos a alienação da força de trabalho ao capital, haja vista que ela é a base material da crítica ao modo de produção capitalista.

Para Marx (1985), o processo de trabalho enquanto processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista mostra dois fenômenos peculiares: o trabalhador trabalhar sob o controle do capitalista, a quem inclusive, pertence o seu trabalho, é o primeiro; e dele desencadeia o segundo, a saber: a propriedade do produto é do capitalista e não do produtor direto.

O capitalista, por sua vez, enxerga o processo de trabalho apenas como consumo da mercadoria que ele comprou - a força de trabalho. O valor de uso dela o pertence. À medida que faz o vendedor desta mercadoria trabalhar, desfruta da utilidade da mercadoria que comprou.

A partir de então ele faz uma simbiose entre coisas que lhe pertencem: adiciona trabalho aos elementos constitutivos do produto (haja vista que ele só pode consumir a força de trabalho outrora comprada se acrescentar a ela meios de produção). É, portanto, rigorosamente oportuna as palavras em que Marx (1985) classifica o processo de trabalho como “um processo entre coisas que o capitalista comprou”. (p 154)

PROCESSO DE FORMAÇÃO DE VALOR E PROCESSO DE VALORIZAÇÃO

Aqui pretendemos tratar o processo de trabalho imbricado ao processo de formação de valor. Continuaremos vinculando nossa análise às peculiaridades que o modo de produção capitalista traz consigo, pretendendo, outrossim, aprofundá-las.

Vimos que o produto - fruto do processo de trabalho é, além de propriedade do capitalista, um valor de uso. O capitalista, sinaliza Marx (1985), não tem uma relação de amor com o valor de uso que produz, o produz apenas quando e porque ele é portador de valor de troca. Noutras palavras, o capitalista quer produzir uma mercadoria que possua um valor de troca mais elevado do que a soma das mercadorias, meios de produção e força de trabalho necessário para produzi-la. Assim sendo, a produção do valor de uso por si só não revela a essência capitalista, a qual consiste em produzir não só a mercadoria, mas sim, valor e mais-valia.

A fim de orientar o leitor do caminho o qual estamos percorrendo, é importante salientar que nossa análise agora se debruça sobre o segundo tópico do capítulo V de *O Capital*, pois é nele e a partir dele que Marx contempla o processo de produção agora também como um processo de formação de valor.

Esclarecimento feito, retomamos a discussão: havíamos parado no interesse do capitalista em produzir mercadorias para delas retirar valor e mais-valia. O leitor, de antemão, deve se perguntar: o que, afinal, determina o valor da mercadoria? Como retirar valor dela? Ou ainda, de onde se origina a mais-valia? Marx tem a resposta para todas essas questões e no desenrolar da discussão nós nos debruçaremos sobre elas. Por ora, acerca do primeiro questionamento ele dirá

“o valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a produção.” (Marx, 1985, p 155)

O tempo de trabalho socialmente necessário, por sua vez, está no valor de uso do produto fabricado, mas não apenas nele, está também nos valores de uso dos meios de produção, que são frutos de trabalho passado.

Imaginemos a fabricação de fios, tendo o algodão como matéria-prima e o fuso como meio de trabalho para fabricação do fio. Deixemos então Marx falar por nós

O tempo de trabalho exigido para a produção de algodão é parte do tempo de trabalho exigido para a produção do fio, ao qual serve de matéria-prima, e por isso está contido no fio. O mesmo vale para o tempo de trabalho exigido para produzir a massa de fusos, sem cuja depreciação ou consumo o algodão não poderia ser fiado. (MARX, 1985, p 156)

Com efeito, todo o trabalho contido no fio é trabalho passado e compõe o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, pois o “fato do algodão e do fuso, ao invés de ficarem parado um do lado do outro, se unirem num processo de fiação (...) não afeta o seu valor” (p 156). Portanto, os valores dos meios de produção integram o valor do produto.

Contudo, essa análise requer calma. Sinalizamos que os meios de produção integram o valor do produto, mas é relevante que se frise: eles por si só não podem formar valor. Apenas o trabalho humano é formador de valor, isto é, fonte de valor. Queremos dizer: o trabalho humano agrega valor à mercadoria. Ainda nos subsidiando do exemplo de Marx, poderíamos dizer que algodão e fusos servem de meios de subsistência no processo de fiar, mas sozinhos – queremos dizer: fora do processo de trabalho – não se transformariam em fio.

Imaginemos ainda a produção de fios, tal qual como fez Marx em *O Capital*, para ilustrarmos o processo de formação de valor, no qual uma mercadoria é trocada por seu equivalente.

Ao tratar da venda da força de trabalho, foi suposto que seu valor diário = 3 xelins e que nestes últimos estão incorporadas 6 horas de trabalho, sendo, portanto, exigido esse *quantum* de trabalho para produzir a soma média dos meios diários de subsistência do trabalhador. Se nosso fiandeiro, durante 1 hora de trabalho, transforma 1 2/3 libra de algodão em 1 2/3 libra de fio, então transformará, em 6 horas, 10 libras de algodão em 10 libras de fio. Durante o processo da fiação o algodão absorve, portanto, 6 horas de trabalho. O mesmo tempo de trabalho representa-se num *quantum* de ouro de 3 xelins. Mediante a própria fiação acrescenta-se, pois, ao algodão um valor de 3 xelins. Vejamos agora o valor total do produto, das 10 libras de fio. Nelas se objetivam 2 1/2 dias de trabalho, sendo 2 dias contidos no algodão e na massa de fusos, e 1/2 dia

absorvido durante o processo da fiação. O mesmo tempo de trabalho representa-se numa massa de ouro de 15 xelins. O preço adequado ao valor das 10 libras de fio é, portanto, 15 xelins, o preço de 1 libra de fio, 1 xelim e 6 pence. (MARX, 1985, p 158-159)

Vejam os que o produto final tem o mesmo valor do capital adiantado para sua produção. O capitalista não entende como isso pode acontecer! Valor contra valor: onde ficaria seu lucro? Ora, já que não obteve lucro na esfera da produção, poderia ele vender essa mercadoria acima de 15 xelins e retirar seu lucro da esfera da circulação? Teixeira (1995) demonstra que não, pois “se ele vende [a mercadoria] acima do seu valor, todos os outros capitalistas o imitarão, e aí o que ele ganha como vendedor, perde como comprador.” (p 138)

Mas o nosso capitalista, como toda sua astúcia para os negócios, consegue encontrar uma saída para esse - digamos que - impasse. Ele prolonga a jornada de trabalho além do tempo necessário para sua reprodução, fazendo com que o dinheiro que ele havia injetado na produção, se valorize – portanto, se transforme em capital; portanto, gere mais-valia.

Vejam os: no valor de um dia de força de trabalho está objetivada meia jornada de trabalho, haja vista que Marx (1985) a coloca como suficiente para custear os meios de subsistência necessários para reproduzir diariamente a força de trabalho. Ora, o capitalista pagou pelo valor de uso de um dia de trabalho, portanto a utilização daquela mercadoria durante o dia, obviamente, lhe pertence. Se, como foi dito anteriormente, a manutenção da força de trabalho custa meia-jornada de trabalho, no entanto, ela pode operar uma jornada inteira (e por isso, cria o dobro do seu próprio valor de um dia) é, para Marx (1985), grande sorte do capitalista que comprou a força de trabalho, mas não significa injustiça com quem a vendeu, o trabalhador; haja vista que as leis de intercâmbio de mercadorias não são violadas pois está sendo pago o tempo de trabalho socialmente necessário a sua reprodução. Mas isso ainda não é tudo.

Por ora queremos dizer: o capitalista não é ingênuo, ao comprar a força de trabalho percebe que há uma diferença superavitária no que se concerne ao valor da força de trabalho em si se comparado com o valor da força de trabalho (sua capacidade de produção) no processo de trabalho.

Para criar valor, no entanto, a força de trabalho tem que funcionar em condições normais. Uma máquina que não funciona corretamente faria, por exemplo, com que o trabalhador precisasse mais do que o tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria e, evidentemente, esse tempo excedente não geraria valor em dinheiro. Outra condição é “o caráter

normal da força de trabalho. No ramo que se aplica deve possuir o grau médio de habilidade, destreza e rapidez”. Acerca disso, nem o mais ingênuo dos leitores deixaria de perceber que o capitalista não compraria força de trabalho sem os predicativos supracitados, haja vista que teme o desperdício de qualquer tempo de trabalho.

Outrossim, não deve haver nenhum consumo desnecessário de matéria-prima e meio de trabalho, ambos quando desperdiçados representam uma quantidade de trabalho objetivado desperdiçado, e que portanto não entrariam no produto da formação de valor. Sobre esse aspecto, o autor de *O Capital* fala que o capitalista possui um “código penal”⁵ próprio, noutras palavras: mecanismos de coerção, para que matéria-prima e meios de trabalho não sejam desperdiçados.

Sua propriedade útil, diz Marx (1985), é uma condição indispensável, pois o trabalho para criar valor deve ser despendido em forma útil.

É perceptível que aqui a discussão de Marx já não se trata mais da qualidade ou da natureza do trabalho, como vimos no item anterior, mas sim de sua quantidade. E por isso esclarece:

Durante o processo de trabalho, o trabalho se dispõe continuamente de forma de agitação para a de ser, da forma de movimento para a de objetividade. Ao fim de 1 hora, o movimento de fiar está representado em determinado quantum de fio, portanto, determinado quantum de trabalho, 1 hora de trabalho está objetivada no algodão. Dizemos hora de trabalho, isto é, o dispêndio da força vital do fiandeiro durante 1 hora, pois o trabalho de fiar apenas vale aqui como dispêndio de força de trabalho e não enquanto valor específico de fiação. (MARX, 1985, p 157)

Assim sendo, é imprescindível que a partir de agora, durante o processo de trabalho, somente o tempo de trabalho socialmente necessário seja consumido, pois somente ele conta como formador de valor.

Assim, temos que o valor de uso específico da mercadoria força de trabalho é fonte de valor e de mais-valor. Ocorre que o valor de uso da força de trabalho do trabalhador não o pertence, ou como diria Marx (1985) “o pertence tão pouco quanto o valor de uso do óleo vendido pertence a seu vendedor.” (p 160)

Diante do que foi dito, já estamos aptos a sinalizar que o processo de valorização ocorre quando o processo de formação de valor ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por novo equivalente. Se não consegue ultrapassar esse ponto – ou

5 *Code pénal*, se quisermos ser fiel a expressão - em alemão - utilizada por Marx em sua obra.

seja, se não é capaz de transformar dinheiro em capital, não é processo de valorização, é apenas formação de valor, ou processo simples de formação de valor. É a partir do prolongamento do processo de valor – leia-se: processo de valorização do valor - que há produção de mais-valia.

Dessa forma está nítido que o processo de valorização está imbricado ao processo de produção capitalista, noutras palavras, a forma em que o capitalismo produz mercadorias.

O CIRCUITO DO CAPITAL, A PRODUÇÃO DE MAIS-VALIA E O “TRABALHO PRODUTIVO”

Como sabemos, o trabalho na sociedade capitalista é trabalho abstrato, este enquanto tal é dividido em “trabalho produtivo” (de mais-valia) e trabalho improdutivo (de mais-valia). Aqui, como já sinalizamos anteriormente, nossa pretensão é analisar o “trabalho produtivo”.

É no capítulo XIV que Marx contempla pela primeira vez de forma esclarecedora a categoria do “trabalho produtivo”, trabalho produtor de mais-valia.

Para que possamos entender o “trabalho produtivo”, é relevante a priori analisarmos a equação do processo global de produção de mercadorias. Assim sendo, temos: $D - M - D'$, onde D' é maior que D . Durante o processo de produção de mercadorias, a força de trabalho e os meios de produção se unem para produzir uma mercadoria M' – que é maior que M , haja vista que a força de trabalho acrescentou valor a ela. Essa mercadoria M' gera um valor D' , ou seja, dinheiro acrescido de mais-valia e obviamente, maior do que D . Quando consegue comprar meios de produção e força de trabalho para produzir mercadorias, o capitalista transforma dinheiro – até então, uma mera função monetária, em capital - em *valor que valoriza a si mesmo*.

Dessa análise mais pormenorizada podemos perceber que apenas a esfera da produção produz capital, a esfera da circulação apenas valoriza o capital produzido na esfera da produção.

Segundo Marx (1985), há “trabalho produtivo” fora do intercâmbio orgânico do homem com a natureza, mas como vimos estes não são capazes de produzir capital, apenas servem a sua auto-valorização. Para que não haja nenhuma dúvida: apenas o trabalho proletário produz e valoriza capital, a esfera de serviços apenas o valoriza, transformando dinheiro em capital.

Assim sendo, a transformação do dinheiro em capital se dá na esfera da circulação? Não, e sim; dirá Marx! Sim, pelos motivos anteriormente explicados, ou seja, pelo processo de transformação do dinheiro em capital ser condicionado pela compra da força de trabalho. Não,

porque o processo de valorização ocorre na esfera da produção de mercadorias, a esfera da circulação apenas introduz esse processo.

Feita essa análise, retomaremos a discussão, conforme assinalamos no início desse estudo, do ponto em que Marx (1985) assinala que “considerando o processo inteiro do ponto de vista do seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho como meios de produção [discussão feita no item 1 desse estudo], e *o trabalho mesmo* como trabalho produtivo.” (p 151) Lá assinalamos que tal argumentação seria ponto de partida para uma análise mais aprofundada. Pois bem, é chegado o momento de retomar essa discussão que, diga-se de passagem, não foi feita anteriormente por quebrar a lógica de nossa argumentação.

Vejamos: Marx se utiliza de uma nota de rodapé⁶ para explicar que “essa determinação de ‘trabalho produtivo’, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista.” (p 151). E acrescentamos: não basta porque no capitalismo a produção deve se converter em produção de mais-valia. Aliás, é a partir dessa nota de rodapé que ele estabelece uma conexão entre o capítulo V e o capítulo XIV, os quais estão respaldados nossa análise.

Em seguida, Marx explicita que

(...) com o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho **amplia-se, portanto, necessariamente o conceito de trabalho produtivo e de seu portador, do trabalhador produtivo.** Para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções. (MARX, 1985, p 105, os grifos são nossos.)

Essa ampliação do “trabalho produtivo”, lembra Lessa (2007) somente é possível sob três condições históricas:

A primeira é a manutenção de uma situação histórica na qual o ‘trabalhador’ que antes, ‘controla[va] a si mesmo’ passará a ser controlado. A segunda será a manutenção, nas novas condições da sociedade capitalista madura, da ‘oposição como inimigos’ do trabalho manual com o trabalho intelectual que decorre do caráter ‘controlado’ do trabalho. A terceira é que essa ampliação do trabalho produtivo de modo a conter outras atividades além da transformação da natureza é, ao mesmo tempo, um ‘estreitamento’ dele. (LESSA, 2007, 152)

6 Nota de rodapé número 7, página 151 - de acordo com a edição usada por nós, a qual conta nas referências bibliográficas.

Essa terceira condição é, ao mesmo tempo, um estreitamento do “trabalho produtivo”, pois se considerarmos que a produção capitalista é produção de mercadorias mas também é, “essencialmente produção de mais-valia” e que perante a subordinação do trabalho ao capital, o “trabalhador” não produz para si, mas sim, para o capital, teremos que “apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.” (p 105).

Lessa (2007) analisa que as categorias “trabalhador produtivo” e “trabalhador coletivo” se interpenetram haja vista que, disse Marx (1985), “para trabalhar produtivamente (...) basta ser órgão do trabalhador coletivo” (p 137). Dessa forma, “o trabalhador coletivo é sempre um trabalhador produtivo, ele sempre produz mais-valia. Todavia o inverso não é verdadeiro.” (Lessa, 2007, p 154). Lessa recorre a Marx para demonstrar que existe “trabalho produtivo” para além do trabalhador coletivo⁷:

Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. (LESSA *apud* MARX, 2007, p 105)

Isso nos permite concluir que no âmbito dos trabalhadores produtivos, nem todos estão no entorno da esfera de produção, executando o *intercâmbio orgânico do homem com a natureza*.

Face ao exposto temos que o “trabalho produtivo” se caracteriza pela função que ele ocupa no interior da esfera do processo global de produção descrita no início desse tópico. E trabalhador produtivo todo aquele que produz mais valia para o capitalista, bem como aquele que serve a autovalorização do capital.

Á GUIA DE CONCLUSÃO

Após debatermos o trabalho em seu sentido universal, como produtor de valores de uso e independente da forma social determinada, fomos à gênese, ou se quisermos, às bases materiais da subordinação do trabalho ao capital, e vimos o trabalho abstrato como o trabalho que possui

⁷ Lessa (2007) lembra que o trabalhador coletivo não é uma totalidade homogênea. Não é objetivo do nosso estudo uma análise pormenorizada dessa categoria. Contudo, uma análise completa encontra-se em: LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007. (Capítulo V)

potencialidades de criar valor, como trabalho consonante com a forma capitalista de produção de mercadorias. Nesse sentido, sua capacidade de criar um valor superior ao valor necessário a sua subsistência e reprodução é o que distingue a força de trabalho de todas as outras mercadorias.

Temos, dessa forma, o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias como uma grandeza inversamente proporcional produção de mais-valia. Logo, o capitalista procura incrementar a produção com a finalidade de cada vez mais diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário à produção, para poder extrair mais-valia no decorrer do processo de produção de mercadorias.

O processo de produção de mercadorias, por sua vez, é unidade de processo de trabalho e unidade de processo de formação de valor. Não por acaso, a divisão do capítulo V em dois tópicos que os contemplam.

Buscamos, sobretudo, não apresentar contradição teórica entre o trabalho em seu sentido universal e o trabalho abstrato. Na nossa explanação procuramos demonstrar este último como uma *particularização histórica* do primeiro.

Com o avançar da discussão vimos que o processo de valorização só ocorre quando o processo de formação de valor ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho paga pelo capital é substituído por novo equivalente. Se não ultrapassa esse ponto, não é processo de valorização, é apenas processo simples de formação de valor. Foi a partir do prolongamento do processo de valor – leia-se: processo de valorização do valor - que vimos que se dá a produção de mais-valia.

Toda essa análise não foi gratuita, haja vista que com o modo de produção capitalista o “trabalho produtivo” deixa de ser produção universal e passa a ser produção de mais-valia. Assim está nítido que o processo de valorização está imbricado ao processo de produção capitalista, noutras palavras, a forma em que o capitalismo produz mercadorias.

Face ao exposto vimos que o trabalho abstrato enquanto “trabalho produtivo” - trabalho produtor de mais-valia - é fruto das sociedades capitalistas maduras, nas quais a finalidade maior do processo de produção de mercadorias é a produção de mais-valia.

REFERÊNCIAS

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. [Livro Primeiro, Tomo 1 e 2].

TEIXEIRA, Francisco. **Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital**. São Paulo: Ensaio, 1995.